



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Apoio Administrativo

ATA Nº 05/2022

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29 DE JULHO DE 2022

Mandato 2021-2025

(CONTÉM 22 PÁGINAS + 1 ANEXO, COM 4 PÁGINAS)

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ATA Nº 05/2022 - Quadriénio 2021-2025

RELATIVA À SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, DO CORRENTE ANO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

No dia vinte e nove de julho de dois mil e vinte e dois, nas instalações da Escola Secundária de Benavente, realizou-se a segunda sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Benavente, do corrente ano, relativa ao quadriénio de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco, **com a seguinte Ordem do Dia:**

PONTO 1 - 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022 - Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente;

PONTO 2 - 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022 / PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL - Apreciação e votação, nos termos conjugados da alínea o) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, e do número quatro do artigo vigésimo nono da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho.

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: - Mário Rui Filipe Santos, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, Primeira Secretária da Mesa, José Duarte Salgueiro, Segundo Secretário da Mesa, Irina Noel Matias Batista, Mário Jorge Campos Pereira, António Paulo Ramos dos Reis, Joaquim Correia Castanheiro, Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Augusto José Ferreira Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, em representação da CDU-Coligação Democrática Unitária; - Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Armando Batista de Almeida e Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, em representação do PPD/PSD-Partido Social Democrata; - António José Rabaça Silva Ribeiro, António Manuel Quaresma Serrano Galveia e Ana Margarida da Silva Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, em representação do PS-Partido Socialista; - Paulo Alexandre Fonseca Cardoso e João Amândio Cação da Cruz, em representação do Partido CHEGA.

Justificaram as ausências os seguintes eleitos: - Cláudia Sofia Gordo Martins e Pedro Alexandre Santos Gameiro, ambos representantes do PS-Partido Socialista, que foram substituídos por Maria Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias e por Maria João de Carvalho Correia Mendes, respetivamente; - Dora Isabel Lúcio Morgado e Nádia Isabel Pernes da Silva Matos, ambas representantes do PPD/PSD-Partido Social Democrata, tendo sido substituídas por Esmeralda Malico Salvador e por Mário Manuel Pedro da Rosa, respetivamente; - Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, representante do Partido CHEGA, que não foi substituída; - Bruno Manuel Soares Nepomuceno, representante único da CIMB-Candidatura Independente pelo Município de Benavente.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Compareceram, igualmente, a esta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho, e os srs. Vereadores Hélio Manuel Faria Justino, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino, Luís Miguel Neves Feitor e Milena Alexandra Boto e Castro.

Confirmada a existência de quórum, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas vinte horas e trinta e seis minutos, com a presença de vinte e três eleitos.**

Como nota inicial, deu conta que a sessão extraordinária tinha sido convocada, devido a circunstâncias excepcionais, que exigiam uma tomada de decisão do órgão deliberativo, antes da realização da próxima sessão ordinária do mês de setembro. Esses motivos seriam explicados pelo sr. Presidente da Câmara Municipal, durante a sua intervenção.

Ainda em relação à sessão, esclareceu que o salão do Centro Cultural de Benavente, onde, habitualmente, têm lugar as sessões da Assembleia Municipal, encontrava-se cedido para funcionamento, provisório, da Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial, enquanto decorrem as obras de requalificação do seu espaço próprio, na Casa da Justiça, razão pela qual tinha sido escolhido o espaço da Escola Secundária de Benavente, para a sua efetivação.

Reportou, igualmente, um problema técnico de eletricidade, ocorrido no local de realização da sessão que, apesar dos esforços desenvolvidos, não tinha sido possível resolver, antes do início dos trabalhos. Lamentou o sucedido e apresentou um pedido de desculpas ao plenário, pelo incómodo que pudesse resultar da fraca luminosidade existente.

Prosseguindo, alertou os eleitos para o dever de assinarem o Livro de registo de presenças, comunicou as ausências e substituições de eleitos, citadas anteriormente, assim como elencou os documentos incluídos nas pastas individuais de cada eleito: - cópias das deliberações da Câmara Municipal, tomadas em reunião de 22.07.2022, cuja ata tinha sido aprovada na reunião de 25.07.2022, correspondentes aos Pontos 1 e 2 da Ordem de Trabalhos da sessão, enviadas a conhecimento dos eleitos, em 28.07.2022, via email.

Verificada a **inexistência de público na sala**, avançou-se para o PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 1 - 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022 - Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente:

Antes de se referir ao Ponto, propriamente, dito, **o sr. Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os presentes, assim como os munícipes que se encontravam a acompanhar a emissão em direto, online. Agradeceu a disponibilidade do órgão deliberativo para a realização da sessão extraordinária, passando a esclarecer a razão de ser da mesma.

Sintetizou que, por via do processo de descentralização em curso, **a autarquia assumiu competências na área da educação**, ao nível dos ensinos do segundo, terceiro ciclos e secundário, entre outras, no que diz respeito ao segmento das **refeições escolares**.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A. S. S. S.' and a circled '2023'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Até ao momento, o modelo seguido foi o da administração direta: as refeições eram confeccionadas e distribuídas pelos funcionários da autarquia, à exceção dos géneros alimentícios, fornecidos por empresa externa.

Devido à conjuntura existente e ao aumento de preços verificado, o respetivo concurso lançado pela Câmara Municipal, para o próximo ano escolar, veio a ficar “deserto” de concorrentes.

Em função disso, **a autarquia optou por realizar a gestão completa das refeições escolares**, seguindo o modelo anterior, mas com a inclusão dos géneros alimentícios, por quantidades e não por refeições. Como não existia rubrica orçamental, para o efeito, avançou-se para a sua inscrição em orçamento, para que se pudessem desenvolver os procedimentos necessários à sua aquisição.

Para além desse aspeto específico, afirmou que se tinha aproveitado a revisão orçamental para inscrever um conjunto de novas rubricas, que deu a conhecer:

- **Obra de requalificação do Museu Municipal de Benavente.** Recordou que a empresa adjudicatária tinha entrado em situação de insolvência e, nesse sentido, era necessário avançar com um novo procedimento concursal, que implicava a inscrição de verbas previstas para 2023, contando com a sua cabimentação plurianual.

Sobre esta empreitada, acrescentou ainda que, na altura em que se verificaram os problemas, pensou-se recorrer à figura da cessão contratual, a que não foi possível dar seguimento, por ter sido decretada a sua insolvência.

- **Ensino pré-escolar, apoio às famílias.** Explicitou que, também, nessa área, se tinham registado alterações ao nível da gestão da componente de apoio às famílias. Até ao final do ano letivo, era uma empresa externa que assegurava essas atividades, mas, devido, também, à conjuntura existente, com a subida dos preços, a que se juntaram algumas situações que correram menos bem com a empresa contratada, a Câmara Municipal teve que assumir diretamente essa responsabilidade, de forma integral. Passa a garantir esse apoio às famílias, no período das 07.30 às 19.30 horas, estendido às interrupções letivas, através de um custo mais regulado. Para dar cobertura a esse objetivo, torna-se necessário **contratar mais funcionários.**

Acredita que se trata de uma boa medida, no âmbito do serviço a prestar à população, sabendo, de antemão, as dificuldades sentidas cada vez mais pelas famílias em encontrar as condições, no seio familiar, para dar o apoio necessário aos seus filhos. Do mesmo modo, a própria Escola não consegue dar essa resposta de âmbito familiar, dentro do seu horário de funcionamento.

- **Apoio à infância.** Apontou a **situação relacionada com a colocação das crianças nas creches das IPSS**, que não conseguiram dar resposta a todas as inscrições, ficando algumas dezenas de crianças por colocar. Na tentativa de colmatar essa dificuldade, que se faz sentir de forma acrescida, anunciou que a **Câmara Municipal planeia adquirir um edifício**, em Samora Correia, onde funcionava um equipamento dessa natureza, encerrado, atualmente.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O Executivo da Câmara Municipal já visitou as instalações e confirmou as suas condições, tendo-as considerado apropriadas ao fim a que se destinam. Atualmente, está a procurar analisar, do ponto de vista financeiro, a viabilidade da sua aquisição, na perspetiva de vir a disponibilizar essa oferta, ainda, no ano letivo que se aproxima, 2022/2023, necessitando, para isso, de encontrar disponibilidade orçamental para suportar esse eventual encargo. Um possível caminho, será por via da plurianualidade de alguns dos investimentos que tem de ser feita, que poderá libertar verbas para a sua concretização,

Referiu, ainda, que, uma outra causa para a Revisão Orçamental, se deve ao atraso na aprovação do Orçamento de Estado 2022. Como o orçamento do Município continha um conjunto de verbas para executar em 2021, tornou-se necessário fazer esse ajuste, do lado da receita, em função das verbas transferidas da Administração Central. Além disso, teve de ser feita a inscrição orçamental das verbas provenientes dos acordos interadministrativos com as Juntas de Freguesia, em termos de plurianualidade, para os anos de 2023, 2024 e 2025,

Na linha de equilíbrio orçamental, que vem sendo seguida pela autarquia, mencionou que o exercício foi feito na despesa corrente, havendo que encontrar as verbas para fazer face a esses encargos. Na sua perspetiva, são compromissos que não devem ser considerados, apenas do ponto de vista contabilístico, mas, também, do ponto de vista daquilo que é a atuação da Câmara Municipal, enquanto responsável por atender e por avançar com vias de solução que resolvam os problemas da sua comunidade.

Em termos do Ponto em discussão, definiu serem esses os objetivos da autarquia, que ditaram a **necessidade de ser promovida uma sessão extraordinária do órgão deliberativo.**

Aberto o debate para discutir o Ponto, inscreveram-se os seguintes eleitos: **Armando Almeida, António Rabaça Ribeiro, Ricardo Oliveira e Paulo Cardoso.**

O eleito **Armando Almeida** saudou todos os cidadãos presentes, assim como todos aqueles que seguíam a emissão pelas diversas plataformas digitais.

Da sua análise ao documento, achou curioso o facto de nenhuma das suas anotações terem sido referidas pelo sr. Presidente da Câmara, o que, só por si, revela as leituras diferentes que fazem do seu conteúdo.

Dos números que constam e dos que não constam, mas que, segundo ele, foram alterados no Orçamento, verificou uma diminuição de valor, da 2ª para a 3ª Revisão, de 35.290.000,00€ para 34.592.000,00€, ou seja, uma **redução orçamental em cerca de 700.000,00€**, questionando o Executivo se seria um sinal de se estar a andar para trás.

Considerou, também, que eram devidas explicações sobre uma **redução de verba no valor de 803.000,00€**, que recaí sobre 4 projetos de investimentos, importantes para a Câmara Municipal, em 2021.

Destacou, ainda, um **abatimento ao valor dum empréstimo bancário contraído ao BPI, em cerca de 630.000,00€**, que disse concordar por refletir a boa saúde financeira da autarquia,



António Rabaça Ribeiro
António Rabaça Ribeiro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Nesse sentido, criticou a Câmara Municipal por não investir mais com o dinheiro que dispõe, o que irá resultar na sobra de mais dinheiro, para o ano que vem. É um contrassenso, assistir-se ao aumento do valor da receita, ao mesmo tempo, que se reduz o investimento. Acha, igualmente, interessante que, a meio do ano, em termos de orçamento, já se esteja “a começar a desistir do que se acabou de planejar”, o que, para si, constitui um caminho de retrocesso.

Especificou quais as obras, onde se reflete a redução do valor do investimento, em 803.000,00€:

- . 160.000,00€ para a pavimentação de Avenidas em Benavente;
- . 125.000,00€ para a pavimentação da Azinhaga do Olival Basto;
- . 173.000,00€ para a requalificação da sede do Rancho Saia Rodada;
- . 345.000,00€ para Santo Estevão.

Como nota importante, salientou que, da 2ª para a 3ª Revisão Orçamental, tinham sido já feitos ajustes e correções, entre as contas, que resultaram numa redução de **556.000,00€**, ao nível de arruamentos, de instalações e de investimentos desportivos, concluindo que, de abril, até ao momento, o Município diminuiu em **1.359.380,00€ os custos de 4 a 5 projetos de investimento**. Considera gravosa a situação, não compreendendo o porquê da Câmara Municipal estar a reduzir o valor do investimento, ao mesmo tempo que vê aumentar o valor da receita.

Questionou, por último, o líder do Executivo, relativamente à redução, a meio do ano de 2022, de cerca de **1.400.000,00€** em obras, perguntando se será uma opção política, que arrasta consigo mais surpresas, ou, se será uma prova de incapacidade da autarquia de gerir obras, de gerir projetos, de gerir o trabalho de investimento, ou, ainda, de gerir o futuro do concelho?

Interveio, a seguir, o eleito **António Rabaça Ribeiro**. Cumprimentou todos os presentes e os que acompanhavam a emissão online.

Após avaliar o documento e tentar perceber a sua lógica, mostrou-se surpreendido por o mesmo não prever uma alteração à rubrica das despesas com pessoal, uma vez que se vai apreciar e votar uma alteração ao Mapa de Pessoal, que envolve a contratação de cerca de 30 novos postos de trabalho, os quais, supostamente, irão dar origem à abertura de procedimentos concursais para admissão, ainda, no corrente ano. Pelo contrário, o que verificou, nessa rubrica, foi uma redução, de **58.500,00€**, para o próximo ano.

Questionou a origem da verba, do valor de um milhão de euros, relativa à **obra de requalificação do Museu Municipal**, que transita para o ano que vem, mas que não foi retirada da Conta do corrente ano.

Referiu que o valor de 294.800,00€, proveniente do FSM-Fundo Social Municipal, mais o valor de 35.900,00€, da percentagem do IRS, resulta numa **receita extraordinária adicional de 330.700,00€**. Esse montante, por força de outras correções, menos 188.000,00€ do FEF, corrente, menos 17.000,00€



S. S. S. S.
Ricardo Oliveira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

de IVA e menos 20.000,00€ de FEF, de capital, perfaz **um saldo de cerca de 105.700,00€**, que será distribuído de duas maneiras:

- 104.000,00€ a alocar à rubrica do *"leite escolar"*, observando que o tema não tinha sido abordado pelo sr. Presidente da Câmara;
- 1.800,00€, à verba de 290.000,00€, na conta do Campo de Futebol de Santo Estevão.

Aparentemente, aquilo que se vai votar é um documento no valor de **105.000,00€**, parecendo-lhe, no entanto, que não é bem isso que se trata. Na sua ideia, o mesmo induz uma **espécie de preparação para o próximo saldo de gerência**, aclarando que, através da alocação a 2023, 2024 e 2025, de um conjunto de verbas que não são de somenos importância: 1.000.000,00€ para o Museu, 470.000,00€ para o Rancho Saia Rodada, 150.000,00€ para a envolvente da Coutada Velha, 524.000,00€ para pavimentações em Santo Estevão, 535.000,00€ para pavimentações em Benavente, 750.000,00€ para os jardins do Centro Cultural de Benavente e, por fim, uma rubrica para viaturas no valor de 230.000,00€, perfaz um valor total de cerca de **3.500.000,00€**, que irá constituir o saldo da Conta da Gerência.

Do ponto de vista político, informou que o Grupo Municipal do PS se iria abster na votação, com o argumento de que, nem faria a Revisão nesses moldes, nem adiaria os investimentos em causa.

Contudo, afirmou que lhe restava uma *"ténue"* esperança de que o sr. Presidente da Câmara possa, através do deferimento desses projetos, fazer a sua revisão, porque quem visita as obras no concelho, tem razões para sentir uma *"grande"* desilusão. Em específico, disse que, na semana anterior, tinha circulado na Azinhaga do Contador, tendo considerado que se tratava de *"uma oportunidade perdida"*, devido à inexistência de uma via partilhada, uma via mista para bicicletas ou para a mobilidade suave, concluindo que *"acabámos por fazer uma obra hoje, exatamente igual às obras que se faziam há 30 anos atrás. Esta Câmara Municipal, no seu planeamento e no seu projeto, está 30 anos atrasada"*.

Na sua intervenção, o eleito **Ricardo Oliveira**, após dar as boas vindas a todos os presentes e a todos aqueles que estavam a seguir a emissão online, deu nota de duas situações:

A primeira, dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que, igualmente, exerce funções de diretor do Agrupamento de Escolas de Benavente, comentou o facto considerado *"caricato"* dos **trabalhos da sessão decorrerem numa sala com luminosidade reduzida**, na expectativa de que *pudessem prosseguir com a normalidade que se impunha, até ao final*.

A segunda, direcionada para o senhor Presidente da Câmara Municipal, observou a **pouca representatividade, ao nível do número de Vereadores presentes na sala**, designadamente das forças políticas que apoiam a Câmara Municipal, CDU e PS.

Focou-se, depois, na matéria relativa ao Ponto em apreciação, tecendo alguns comentários e suscitando os seguintes esclarecimentos, por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal:



Paulo Santo
Paulo Santo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Identificou o Orçamento municipal, em vigor, para 2022, como sendo o "Orçamento da CDU e do PS!". De igual modo, identificou, a 3ª Revisão ao Orçamento, como sendo a "3ª Revisão da CDU e do PS!", tendo em conta que o documento tinha sido aprovado, na Câmara Municipal, com os votos favoráveis da CDU e do PS.

Em linha com o exposto, anteriormente, pelo seu colega de bancada, Armando Almeida, complementou que se estava perante uma Revisão Orçamental, que introduz rúbricas importantes e necessárias, provenientes da descentralização de competências, da aprovação do novo Orçamento do Estado para 2022, da atualização daquilo que é a coleta dos impostos, mas que, em simultâneo, **contemplava uma redução dos investimentos**, com especial enfoque no seguinte:

- "Empurra" para 2023, o grande projeto de requalificação da Rua principal de Santo Estevão, que inclui toda a Rua Manuel Martins Alves e o jardim central de Santo Estevão, ou seja, compromissos que tinham sido assumidos pela CDU, foram passados para 2023;
- Reduz em 160.000,00€, a pavimentação de Avenidas em Benavente;
- Reduz em 125.000,00€, a pavimentação da Azinhaga do Olival Basto;
- Transita, para 2023, o investimento da obra de Reabilitação da sede do Rancho Típico Saia Rodada.

Na sequência, questionou, novamente, se tinham sido opções políticas, que o levaram a decidir "empurrar" o início desses investimentos para 2023, solicitando esclarecimentos sobre essas mesmo opções.

Salientou que a 3ª Revisão ajusta um Orçamento em vigor, que irá ter a sua avaliação final no final do ano financeiro, sendo, nessa altura, que o próprio PSD irá dar o seu veredicto, em termos da sua execução.

Antes, porém, considera que o documento previsional em causa, aponta para caminhos, que lhe parecem inverter o sentido do orçamento aprovado, inicialmente, pela CDU e pelo PS. Prova disso, referiu-se a uma outra possibilidade de investimento, que tem a ver, igualmente, com a freguesia de Santo Estevão, a aquisição de um imóvel, já anteriormente, sinalizado, para sede da sua Junta de Freguesia. Relatou que as atuais instalações, que funcionam no pavilhão gimnodesportivo, são insuficientes para o trabalho que é desenvolvido. Realçou que, na altura, o sr. Presidente da Câmara Municipal se tinha associado a essa vontade, tendo já tido a oportunidade de anunciar, publicamente, numa reunião do Executivo, a disponibilidade e a decisão da autarquia de avançar com a aquisição desse imóvel, para serviço e benefício da população de Santo Estevão. Dado que o sentido era esse, perguntou porque é que a Câmara Municipal não tinha aproveitado a 3ª Revisão ao Orçamento, para incluir a aquisição desse imóvel.

Por último, interveio o eleito **Paulo Cardoso**.

Da leitura que fez do documento, defendeu que a Câmara Municipal gera saldos de gerência de um ano para o outro, com a redução do investimento, não descartando que os valores com que se adjudicaram determinadas obras, não eram propícios à sua execução, devido à conjuntura internacional.



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Recordou, a propósito, uma referência sua, numa das primeiras sessões do mandato atual, ao valor do projeto de habitação "1º direito", de 32 milhões de euros. Na altura, admitiu a dificuldade na sua concretização, ao ter antecipado que o cenário económico internacional não permitiria manter esses valores. Sinal disso, é o facto da Câmara Municipal estar a passar projetos para o ano que vem, dado o desinteresse das empresas em concorrer, uma vez que os valores inscritos em Orçamento não servem os seus interesses, devido ao seu baixo valor.

Tem a expectativa de que com a ajuda e a colaboração de todos, se conseguirão ultrapassar os problemas, sendo esse o objetivo da missão dos eleitos: servir os munícipes.

Embora reconhecendo que o assunto extrapola o âmbito da discussão do Ponto, perguntou qual o ponto de situação do projeto de habitação "1º direito", para acabar com os "abarracados" e com a insalubridade no centro de Benavente.

Observou, ainda, o seguinte:

- Em relação **à sede do Rancho Saia Rodada**, acha que o assunto tem andado a ser "*empurrado*" de ano para ano, indo acontecer o mesmo, com a sua passagem para 2023, quando se trata de uma situação que devia ser vista com alguma urgência, devido ao seu espólio de grande valor cultural, que exige um local digno para a sua sede.
- No site institucional da CMB, antes da campanha eleitoral, colocou-se, como obra prevista, a **requalificação dos celeiros**. Como a situação persiste, sem obra feita e continuando no site, questionou para quando está prevista a sua execução.

Seguiu-se um período de respostas pelo sr. Presidente da Câmara às questões suscitadas:

Relativamente aos **projetos incluídos na Revisão**, com alguma inscrição de verbas em 2023, reportou o cenário de conjuntura desfavorável, vivido atualmente, com os custos das empreitadas a aumentarem de forma acentuada.

Face aos acontecimentos, a Câmara Municipal decidiu tomar diligências, consultando primeiro as empresas, como forma de garantir que, no lançamento do concurso, haveria concorrentes interessados em apresentar propostas.

Como se depreende da análise feita ao documento, o valor disponível aumentou significativamente, em termos de plurianualidade, para as empreitadas, concretamente, as que foram referidas, do Museu Municipal, das obras de Santo Estevão, da sede do Saia Rodada, e da requalificação da envolvente ao Centro Cultural, verificando-se que foram inscritas verbas de valor muito superior ao que constava inicialmente, em sede de Orçamento.

Explicou que não é possível lançar concursos sem a devida cabimentação, tendo-se aproveitado a oportunidade da Revisão para aumentar os seus valores, uma parte deles cabimentados em 2023, por forma a que os concursos que se projetam lançar, brevemente, possam receber propostas de



Handwritten signatures in blue and black ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

concorrentes, evitando que fiquem “desertos”. Essa constitui uma resposta da autarquia à situação do mercado atual, que se caracteriza pela instabilidade, pelo aumento constante dos preços e pelo aumento do custo de vida, refletindo-se, sobremaneira, no setor das obras.

Em contraste com as opiniões transmitidas pelos eleitos, considera que a linha de orientação seguida pela autarquia é a mais correta, para conseguir alcançar e cumprir os seus objetivos.

Quando às críticas lançadas aos acréscimos e à transferência de verbas, para 2023, reportando **a obra de requalificação do Museu Municipal**, indicou que esse aumento, também, se verificou, entre 2022 e 2023, com uma verba inscrita de cerca de 2.000.000,00€, sendo que a situação dessa empreitada ainda carece de resolução definitiva, não podendo, por isso, ser descabimentada, para a colocar em 2023.

Na perspetiva de “ganhar tempo”, como a Assembleia Municipal só irá reunir em setembro, decidiu-se preencher a respetiva rubrica com um milhão de euros, em 2023, na perspetiva de que a empreitada venha a ter um período de execução para além de 2022, permitindo que seja lançado, desde logo, um novo procedimento concursal.

Assim e contrariamente à imagem negativa que se tentou passar, tendo por base a conjuntura atual, foi reforçado o papel ativo da autarquia na procura de vias de solução, que viabilizassem os seus planos de concretização das obras e empreitadas previstas. Tem plena consciência que essa forma de abordagem irá custar mais dinheiro, em relação ao inicialmente previsto, mas foi a forma encontrada para ultrapassar o problema, tentando não repetir as situações que deram origem a prejuízos vários, por via dos atrasos verificados.

Prosseguindo com as explicações, complementou que as estimativas orçamentais são feitas com bases técnicas, elaboradas por projetistas que respondem por aquilo que definirem. Reiterou, uma vez mais, que o sentido do documento contraria a mensagem que se pretende passar, em resultado, talvez, de uma identificação incorreta das questões. A expressão dos valores que, no momento, estão a ser colocados, entre 2022 e 2023, para cada um dos objetivos que foram comentados, é incomparavelmente superior aos inicialmente considerados em Orçamento.

Quanto à questão do Mapa de Pessoal, colocada pelo eleito Ricardo Oliveira, da razão porque não se reforçavam as rubricas respeitantes ao pessoal, explicitou que, na altura da construção do Orçamento, são definidos e calculados todos os custos previstos para os lugares que estão a ser apresentados. Quando se fez o Orçamento em 2021, todos os lugares que lá estavam tiveram de ser calculados, nos seus custos integrais. Ao longo da execução do orçamento, foram acontecendo casos diversos, como por exemplo, lugares a concurso que não foram preenchidos, durante meses, casos pontuais derivados de doença, de seguro, ou por qualquer outra razão relacionada com o absentismo, cuja remuneração, em situações de baixa por doença, cabe à Segurança Social assegurar. Ou seja, no computo geral, existe sempre um saldo ligado a esse tipo de situações, razão pela qual não existe necessidade de reforçar as rubricas respeitantes ao pessoal.



Handwritten signatures in blue ink, including one that appears to read 'D. S. S. S.' and another that is more illegible.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

No que concerne à **situação da sede da Junta de Freguesia de Santo Estevão**, questão igualmente levantada pelo eleito Ricardo Oliveira, deu conta que o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão o tinha contactado para lhe dar a conhecer que tinha encetado conversações com a Caixa Agrícola para adquirir um edifício, destinado à sua sede. Estava disposto a contrair um empréstimo com esse objetivo, procurando saber, no entanto, se era possível que, uma parte do financiamento, pudesse ser suportado pela Câmara Municipal.

Reconheceu, desde logo, as limitações dos orçamentos das Juntas de Freguesia, infinitamente, mais pequenos que os das Câmaras Municipais, face a um objetivo considerado importante para a Junta de Freguesia e para a população de Santo Estevão, de poder ter uma sede condigna, face à atual, manifestamente insuficiente, a funcionar no pavilhão gimnodesportivo. Numa atitude considerada de bom senso, levou, informalmente, o assunto à reunião da Câmara Municipal, propondo que a autarquia pudesse assumir, integralmente, o custo da aquisição do edifício, que ronda os 200 mil euros.

Na sequência, a Câmara Municipal contactou a Caixa Agrícola, tendo ficado acertado que, em dezembro próximo, se daria a aquisição formal do edifício, tendo em conta que as verbas disponibilizadas no Orçamento estão, no momento, comprometidas. Tem a expectativa que se possa ratear um conjunto de verbas orçamentais, numa ação que é usual acontecer, em sede de Orçamento, podendo o compromisso ser assumido, nessa altura, em termos financeiros. Completou que não é necessário criar uma rubrica nova para o efeito, porque existe uma específica para a aquisição desse tipo de equipamentos.

Do ponto de vista das intenções, trata-se de um acordo firmado com a Caixa Agrícola de Salvaterra de Magos, entidade proprietária do edifício, que a Câmara Municipal e ele próprio, como seu Presidente, pretendem fazer cumprir.

Quanto à **redução do Orçamento atual**, refutou essa imagem que se tentou transmitir, porque, ao invés do afirmado, o seu valor tinha sofrido um aumento significativo, visto tratar-se da sua 3ª Revisão. Relembrou que a 1ª, visou a introdução dos saldos, a 2ª aconteceu por força do processo de descentralização, que aumentou o orçamento em cerca de dois milhões de euros, e em relação à 3ª, em discussão, reiterou que aquilo que a conduziu foi a necessidade de aumentar os plafonds das rubricas orçamentais, de forma a munir a autarquia de meios financeiros, que lhe permitam avançar para a adjudicação das empreitadas, evitando a repetição e o impacto dos atrasos verificados anteriormente.

Recuperou o assunto anterior, da autarquia tencionar adquirir um edifício destinado a reforçar a oferta de lugares de creche, atenta as cerca de 4 dezenas de crianças que não obtiveram essa resposta. Aprofundou que espera efetivar, no próximo mês de agosto, a aquisição desse espaço, planeando, posteriormente, celebrar parcerias com as IPSS, para assegurar o seu funcionamento.

Revelou que o valor estimado será de cerca de 400.000,00€, provando, uma vez mais, a necessidade da Câmara Municipal reforçar a sua disponibilidade orçamental, para atender um propósito que, no seu entender, deveria merecer um consenso geral, por contribuir para o bem estar e para a melhoria do estilo de vida da população.



Handwritten signatures in blue ink, including 'D. S. Santos' and other illegible names.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Sobre a **obra de requalificação da sede do Rancho Saia Rodada** informou que, na sequência do aumento de custos, derivado da conjuntura atual, o projeto teve de ser reformulado e enquadrado nas verbas que tinham sido consideradas para o concretizar, rondando os cerca de 500.000.00€. Adiantou que o concurso irá ser lançado brevemente, tendo-se pedido, igualmente, orçamentos às empresas, com o objetivo de sondar o seu eventual interesse em concorrer.

Relativamente à requalificação dos **“celeiros”**, onde se engloba o celeiro dos Arcos, em Benavente, o celeiro da Biblioteca Municipal, também, em Benavente, onde está prevista a construção do Arquivo Municipal, e a requalificação do celeiro dos Oliveiras, em Samora Correia, identificou-os como sendo projetos que foram delineados aquando da estratégia do PEDU, através do qual foi desenvolvido um conjunto de projetos de requalificação de edifícios municipais.

Contrariamente ao que estava planeado, os projetos referidos não foram contemplados com verbas dos fundos comunitários. Espera que, no final do ano, seja negociada a atribuição de novos fundos, sendo expectável que possam ser integrados na área dos **centros urbanos estruturantes**. Aguarda, com otimismo, a chegada dessas verbas, para que se possa concretizar uma intenção, perfeitamente planeada e definida.

No tocante, ainda, às matérias que foram abordadas, mostrou não ter dúvidas quanto ao seu enquadramento orçamental, **destacando duas situações**, consideradas importantes:

A primeira, tem a ver com o **Museu Municipal**. Tal como referiu, é óbvio que não tem culpa nenhuma que a empresa tenha entrado em situação de insolvência, a exemplo do que acontece com muitas empresas, que sofrem com o mesmo problema, na certeza, porém, que têm de ser encontradas vias de solução rápidas que deem continuidade e desenvolvimento à obra.

A segunda, diz respeito às **refeições escolares**. Indicou que a iniciativa lançada pela autarquia lhe parece uma medida de bom senso, uma medida de carácter estruturante, a pensar no futuro. A propósito de se ter falado na questão do **leite escolar**, aproveitou para esclarecer que, como competência assumida pela Câmara Municipal, pensou-se, desde logo, em criar a respetiva rubrica orçamental, tendo em vista a sua aquisição, a partir do início do próximo ano letivo.

Em relação à **plurianualidade**, sublinhou o cuidado da autarquia em fazer as devidas correções e ajustes, não comprometendo o objetivo do equilíbrio orçamental, que se manifesta, não só em relação ao Orçamento em vigor, como, também, aos compromissos plurianuais, até 2025.

Através da explanação feita, espera ter clarificado todas as questões suscitadas. Admite que, de início, possa não ter ido ao detalhe, por se ter focado em divulgar as causas que motivaram a 3ª Revisão ao Orçamento, pelo que se disponibilizou para mais algum esclarecimento adicional, julgado necessário.

Por fim, sustentou que a proposta, em discussão, se revela como a mais adequada, se ajusta às necessidades da autarquia, se adapta às especificidades da conjuntura atual, sempre, com o sentido lógico de procurar o melhor que sirva os interesses da população,



António Rabaça Ribeiro
Paulo Cardoso
Ricardo Oliveira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O eleito **António Rabaça Ribeiro** pediu autorização para usar da palavra, que foi concedida.

Colocou as seguintes dúvidas:

1ª - Em relação à **obra de requalificação do Museu Municipal de Benavente** reportou que, na página número 14 do documento, faltava a coluna com os valores totais, prejudicando a sua leitura perceptível.

Na mesma página, transmitiu que, depois das explicações do sr. Presidente da Câmara Municipal, tinha ficado a saber que a obra do Museu iria custar, pelo que consta do orçamento, o valor total de **2.203.000,00€**, dos quais 1.200.000,00€, a gastar atualmente.

No momento, **foi interrompido pelo sr. Presidente da Câmara**, que corrigiu que a verba referida de 1.200.000,00€, não era para despende no corrente ano.

Na sequência, **o eleito** questionou se, assim era, porque razão a verba não era retirada do ano de 2022, ou seja, se não era para gastar, se não era para executar a obra, porque a mantinha. Para além disso, ainda, lhe era adicionado o valor de 1.003.000,00€, para 2023, perfazendo o valor presumido de **2.203.000,00€**;

2ª - Quanto à **sede do Rancho Folclórico da Saia Rodada**, observou que dispunha de um financiamento inicial definido de **453.000,00€**. A essa verba, foi-lhe retirado cerca de 170.000,00 euros, ficando no final de 2022, com 280.000,00€, para depois, em 2023, ser-lhe acrescentada a verba de 473.000,00€, suscitando-lhe a dúvida se a obra ficaria cabimentada, na sua totalidade, com o montante de **753.000,00€**.

Seguiu-se o eleito **Paulo Cardoso**, que solicitou esclarecimentos sobre as seguintes questões:

Para quando se preveem as **obras de requalificação dos Celeiros dos Arcos, em Benavente e dos Oliveiras, em Samora Correia**, e, repetindo a pergunta da última sessão, persistiu em saber qual a previsão para a **conclusão da obra de pavimentação da Azinhaga do Contador, em Benavente**.

Num breve apontamento, mencionou que as dúvidas apontadas surgem na sequência de insistências que lhe são dirigidas por alguns munícipes, tendo observado, na oportunidade "*que os problemas se andam sempre a empurrar com a barriga!*";

Questionou, ainda, como se encontra o projeto relativo à ELH-Estratégia Local de Habitação, uma vez que já tinham decorrido sete meses, desde a sua aprovação, pese embora ter reconhecido que o assunto não dizia respeito direto à matéria em apreço.

Por sua vez, o eleito **Ricardo Oliveira**, apresentou, igualmente, dois pedidos de esclarecimento:

- Primeiro: relativamente à citação do sr. Presidente da Câmara, referindo que, no final do ano, iria haver rateio de verbas que não são utilizadas, respondeu que esse registo não existia. Na sua versão, os orçamentos têm valores cabimentados, a partir dos quais é feita a sua execução, sabendo-se, de antemão,



Handwritten signatures in blue ink, including 'Santos' and others.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

o que tem condições para ser cumprido e o que não tem, levando-o a concluir que o recurso ao rateio de verbas para decidir a compra de um imóvel, não corresponde à verdade.

Criticou essa forma de assumir um compromisso, com a justificação do recurso ao rateio de verbas, face àquilo que constitui um anseio e um benefício para a população **de Santo Estevão, a aquisição de uma sede para a Junta de Freguesia**. Nesse sentido, indagou se a compra do imóvel poderá ficar comprometida, se não for possível essa operação, não lhe parecendo, no entanto, que seja, essa, a intenção da autarquia.

Segundo: relativo aos argumentos utilizados pelo sr. Presidente da Câmara para justificar **investimentos e alterações efetuadas**. Lembrou a capacidade de endividamento que o Município dispõe, referindo, como prova disso, a redução de 630.000,00€ num empréstimo contratado ao BPI, que consta da Revisão.

Desse modo, questionou porque razão a Câmara Municipal, que tem esse mecanismo de poder contrair empréstimos, em vez de decidir fazer as obras e os projetos que, de facto, vão dar resposta às necessidades das pessoas, como é o caso da sede do Rancho Típico Saia Rodada, decide, antes, cortar no projeto, optando pela sua reformulação.

Sendo, a seu ver, uma opção política da autarquia, considera que o mais correto seria manter o projeto tal como está, mesmo considerando os custos acrescidos, porque tem condições financeiras para isso. Ao invés desse caminho, segue por uma solução, quanto a si, errada, de cortar nos projetos.

Acha que não é com soluções adaptadas a uma *"realidadezinha"*, que se resolvem as dificuldades, quando se deveria dar execução a um projeto inicial, definido, atento na resposta às necessidades da coletividade, da população, e não enveredar pelo caminho de ajustar projetos à medida do dinheiro da Câmara Municipal. Uma Câmara que, na sua opinião, *"tem uma efetiva capacidade de endividamento!"*

Na sua perceção, era preferível fazer a obra necessária, nem que para isso se tivesse de contrair empréstimo bancário, em vez de se estar a fazer más obras, que irão custar mais caro, no futuro, aos contribuintes. Não compreende que se corte no projeto, que se corte nos materiais, havendo capacidade para fazer melhor, mas que não se faz.

Em resposta, **o sr. Presidente da Câmara Municipal** transmitiu:

Ao eleito **António Rabaça Ribeiro** clarificou que, na sua intervenção anterior, já tinha tido a oportunidade de esclarecer as questões, por si, suscitadas, referentes ao **Museu Municipal**.

- Reafirmou que existe um contrato que se encontra, ainda, em vigor e, enquanto esse mesmo contrato não for anulado, as verbas orçadas não poderão ser retiradas. O processo de insolvência está a decorrer, tendo o adjudicatário direito a um período de pronunciamento, nunca se podendo, de forma unilateral, descabimentar um contrato em vigor, sendo passível de anulação, somente, quando estiverem reunidas todas as condições para tal. Em função disso, a verba de cerca de um milhão de euros, que está cabimentada em 2022, resulta do valor da sua contratualização.



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Conforme já tinha tido a oportunidade de informar, como a próxima sessão do órgão deliberativo irá ter lugar, apenas, em setembro, para se conseguir lançar o novo procedimento concursal, há que contar com as verbas necessárias para 2023, por não ser possível a sua execução em 2022.

Admitiu que as questões debatidas possam causar alguma confusão a quem não tenha um conhecimento mais profundo das matérias. Tentou especificar melhor qual o trajeto escolhido: a Câmara Municipal, no momento, decidiu antecipar-se, colocando um milhão de euros em 2023, mantendo os valores iniciais. Quando a empreitada for resolvida, ficarão libertos os valores que estão cabimentados, sendo uma parte, a utilizar, em 2022, e a outra parte, em 2023. Corrigiu que não são dois milhões que estão orçados, porque cerca de um milhão e cem mil euros resultam do contrato, que se encontra, ainda, em vigor, não havendo lugar a nenhuma duplicação de valores, conforme insinuação feita.

No momento, o eleito **António Rabaça Ribeiro** interrompeu, replicando que, no documento distribuído, o que constava era o valor de 2.300.000,00€. Admitindo que o empreiteiro tem direito a receber o tal milhão de euros do contrato, perguntou qual era o destino a dar ao outro milhão de euros. Insistiu que as pessoas têm o direito de saber que o Museu custará ao erário público a quantia de 2 milhões e duzentos mil euros. Na oportunidade pediu que o sr. Presidente da Câmara clarificasse, igualmente, **a situação da sede do Rancho Saia Rodada**.

Retomando a intervenção, o **sr. Presidente da Câmara** explicou que haviam duas hipóteses:

- **Ou** mantinha-se o processo tal como estava, aguardando-se que o contrato fosse resolvido, por força da insolvência, e quando se chegasse a setembro, apresentava-se uma **nova Revisão Orçamental para o Museu**, mudando as verbas de 2022 para 2023, na expectativa de vir a lançar a empreitada pelos mesmos valores, do contrato inicial;
- **Ou, então**, antecipar toda a situação, para não se perder tempo. Nesse sentido, optou-se por cabimentar um milhão de euros em 2023, e quando o contrato inicial for anulado, que se espera aconteça em breve, será lançado um novo procedimento, com uma parte da verba de 2022 e outra parte de 2023, podendo haver algum excedente em 2022, que depois será contemplado numa alteração orçamental, a fazer.

Sublinhou, ainda, atentas as explicações dadas, que não admitia que se voltasse a afirmar que a empreitada do Museu ascendia aos dois milhões de euros, por não corresponder à verdade, tendo valorizado a posição que a autarquia tomou para resolver, de forma célere e ajustada, todo o processo que envolveu a empreitada.

Relativamente à sede do Rancho Saia Rodada Saia Rodada, segundo a sua explicação, era necessário libertar algumas verbas para outros objetivos que a autarquia considerou, igualmente, importantes. Desse modo, dos 280.000,00€ cabimentados, em 2022, para essa obra, uma parte servirá para custear alguma da sua execução, até ao final do ano, e a outra parte será destinada à aquisição do edifício, atrás referido, para reforço da oferta de lugares de creche. Daí que tenha frisado que a obra do "Saia Rodada" não irá



Handwritten signatures in blue ink, including one that appears to read 'P. Santa' and another that is more illegible.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

custar 280.000,00€ mais 473.000,00€, porque se trata de um montante que não corresponde à verdade, parecendo-lhe ter sido claro na sua fundamentação.

Em resposta, o eleito **António Rabaça Ribeiro** contestou que a dificuldade residia no facto da informação veiculada pelo sr. Presidente da Câmara não se encontrar vertida no documento, que tinha sido distribuído aos eleitos, afirmando que podia recorrer às desculpas todas que, também, não lhe admitia

Nesse dado momento, foi interrompido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal que não lhe permitiu continuar a usar da palavra, advogando que já tinha tido a oportunidade de o fazer por duas vezes, tendo-lhe sido prestados os esclarecimentos devidos. Contudo, mesmo considerando essa possibilidade, deveria deixar, primeiro, o sr. Presidente da Câmara Municipal terminar a sua intervenção.

Prosseguindo, **o sr. Presidente da Câmara** replicou que o documento tinha sido construído, não só como informação de cariz estritamente financeiro, como, também, se procurou que a sua configuração ajudasse ao esclarecimento. Admitindo, no entanto, que continuam a subsistir dúvidas, considerou que as duas intervenções que tinha feito, chegavam para as dissipar.

Crê que foi objetivo, na forma como explicou as razões que levaram à conceção do documento, cuja essência é uma antecipação para se chegar mais depressa àquilo que se pretende, tentando ultrapassar os obstáculos derivados da conjuntura atual.

Às questões colocadas pelo eleito **Paulo Cardoso**, clarificou que os **projetos dos celeiros**, tinham sido, previamente, apresentados à população, visando o seu conhecimento e a sua opinião. Os projetos foram idealizados aquando da preparação do PEDU, tendo sido definidos de acordo com as prioridades da autarquia.

Elucidou que não é o Município quem define as verbas que são atribuídas pelos fundos comunitários, são as próprias Unidades de Gestão que o fazem. Em função dessas verbas, a Câmara Municipal toma depois as suas opções. No caso, como se revelaram insuficientes, não dando para contemplar todos os projetos, decidiu-se que os projetos dos celeiros ficassem a aguardar uma próxima oportunidade.

Observou que o QCA 2030 encontra-se numa fase de discussão, tem contratualização em Bruxelas, os Regulamentos estão a ser preparados, devendo ser feita a discussão das verbas e das elegibilidades até ao final do ano, com as Unidades de Execução dos Fundos Comunitários, a que se segue a respetiva contratualização. A partir dessa fase, é que são disponibilizadas as verbas para avançar com esses tais projetos. Tem a expectativa que a negociação fique concluída, até ao final do ano, a tempo de serem incluídos no próximo Orçamento, o que dúvida, porque o Orçamento constrói-se em setembro, podendo obrigar a uma Revisão Orçamental, no início de 2023, para que sejam inscritas as respetivas verbas. A sua execução será desenvolvida, em função desse contexto.

Quanto à **ELH- Estratégia Local de Habitação**, mencionou a existência de um Gabinete técnico próprio, onde se trabalha num conjunto de situações, que estão incluídas na ELH. No que toca aos valores, é do conhecimento que foi calculado com base em valores de referência, à época, como, também, é do



Handwritten signatures in blue ink, including one that appears to be 'D. S. S. S.' and another that is more stylized.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

conhecimento que o Governo se tem mostrado disponível para encarar a sua atualização, por m2, em função daquilo que é a realidade atual.

Informou que o Município de Benavente, em conjunto com os outros Municípios, associados da CIMLT, lançaram um concurso para aquisição de projetos de execução, definidos por áreas e valor por metro quadrado, para as diversas tipologias. O concurso está a decorrer, através de um acordo-quadro. Os valores previstos para a Câmara Municipal, serão de cerca de 2.200.000,00€ em projetos, para essa área. Estão-se a construir as soluções e, assim, que o acordo-quadro estiver fechado, avança-se para a contratação dos serviços projetistas, para se poder desenvolver a estratégia definida.

Mostrou-se convicto com a concretização da ELH, mas sem menosprezar a instabilidade caracterizadora do contexto atual. Confessou, no entanto, que não pode estar pendente disso, mantendo o foco naquilo que são os planos da autarquia e o trabalho que é preciso fazer para os concretizar.

Ao eleito **Ricardo Oliveira**, *"a propósito da sua prosa muito eloquente!"*, sublinhou que, enquanto responsável pela Administração do Município, procura ir de encontro àquilo que é a visão global do Município.

Especificou que, enquanto Vereador, à época, o eleito era conhecedor do projeto da sede do Rancho Saia Rodada, sabendo, por isso, que as paredes interiores do edifício estavam projetadas para serem, inicialmente, forradas a madeira, fator que acrescia, significativamente, os custos.

Quando foi lançado o concurso, pelo valor considerado, o mesmo veio a ficar deserto. Na sequência, a opção tomada foi no sentido de não se fazer a obra a *"qualquer custo"*. A sua sede até vai ser partilhada pela autarquia, mas, considera razoável um investimento de valor até aos 500.000,00€, não partilhando da ideia de passar dos 500 para os 600, 700 ou, até, 800.000,00€, apenas, porque se dispõe de capacidade de endividamento para contrair empréstimos bancários. Se a autarquia decidisse alinhar nessa opção, porventura, tinha de ser equacionado se a obra seria uma prioridade, em função daquilo que são os recursos que devem estar ao serviço de toda a comunidade. A Câmara Municipal não pauta a sua ação por essa forma de estar, nem de gerir, prioriza, antes, valores como o rigor e o equilíbrio. Frisou que o projeto, depois de reformulado, irá a conhecimento e decisão da Câmara Municipal, não tendo sofrido qualquer alteração, do ponto de vista estrutural, somente, em termos da sua funcionalidade. Substituíram-se alguns materiais por outros menos dispendiosos, sem comprometer os objetivos que presidiram ao projeto.

Por todos esses motivos, rejeita que os intuitos da autarquia passem pela adulteração e pela diminuição da qualidade do projeto, em virtude de ser, apenas, alterado a nível de acabamentos, com a substituição do material de forro das paredes.

Complementou que, a *"tal prosa eloquente"* não passa disso mesmo, servindo, somente, para depreciar e para pôr em causa determinadas situações, confiante que virá a ser contrariada, aquando da apresentação do projeto. Considera que a função primordial da Câmara Municipal é administrar bem aquilo que são os



Dr. Santa
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

dinheiros públicos, que são de toda a população, que foi quem o mandatou dessa responsabilidade, e que procura desempenhar da melhor maneira e com o maior rigor. Tem a consciência que a autarquia tem cumprido com os seus propósitos, com os seus compromissos, mas num quadro de bom senso e de rigor, naquilo que é a gestão das contas públicas.

Concluídas as intervenções, seguiu-se a votação do **Ponto número um: 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022**, que foi **aprovada, por maioria**, com nove votos a favor da CDU e catorze abstenções, sendo sete do PSD, cinco do PS e dois do CHEGA.

PONTO 2 - 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022 / PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL - Apreciação e votação, nos termos conjugados da alínea o) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, e do número quatro do artigo vigésimo nono da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho:

Dada a palavra ao **sr. Presidente da Câmara** para contextualizar o Ponto, relevou a importância da proposta do Executivo, por força das questões relacionadas com a área da educação, referidas anteriormente. Para além disso, aproveitou-se o ensejo para atender a um conjunto de situações, igualmente, de interesse para a autarquia.

Sintetizando o conteúdo da alteração, referiu a criação de **3 lugares de engenheiro civil**, sendo 2 destinados a reforçar o quadro técnico de engenharia e 1 para o Gabinete da ELH. Justificou com o número de empreitadas que decorrem e com a preparação do próximo QCA-Quadro Comunitário de Apoio.

No âmbito do serviço de **arquitetura, criaram-se mais 2 lugares de arquiteto**, por ser considerado premente dar resposta às muitas solicitações existentes, ao nível de licenciamentos de obras, quer para a habitação, quer para as atividades económicas, daí a determinação em reforçar a capacidade do serviço para que, em tempo útil, possa atender a todos os particulares e potenciais investidores.

Na área do **turismo**, explicou que, das duas técnicas existentes, uma delas concorreu para a Câmara Municipal da sua área de residência. Nos termos legais, o lugar fica cativo, durante o período de experiência, oito meses, propondo-se, desde logo, a **criação de 1 lugar**, para que se possa iniciar o procedimento de recrutamento, com o objetivo de substituir, oportunamente, a técnica que irá sair.

Ainda, nessa área, **com a conclusão das obras da Praça da República, em Benavente**, a Câmara Municipal vai disponibilizar um **posto de turismo**, junto à Rua do Arco, pelo que propõe, igualmente, a criação de **1 lugar de assistente técnico, com formação na área do turismo**, para ocupar esse lugar.

No **setor financeiro**, concretamente na chefia da Divisão de Gestão Financeira, **com a saída, por aposentação, do técnico, Dr. Hermínio da Fonseca**, a sua substituição foi assegurada pelo Dr. João Augusto de Sousa, presente na sala, abrindo uma necessidade que era desempenhada por ele, noutra setor, e que necessita de ser preenchida, justificando a **contratação de um técnico na área da economia**.



Handwritten signatures in blue ink, including 'D. S. S. S.' and other illegible names.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Na Educação, recordou que a autarquia tinha assumido a gestão integral dos **refeitórios escolares**, dos 2º e 3º ciclos. Passou a gerir 3 refeitórios, nas Escolas Duarte Lopes, João Fernandes Pratas e no Porto Alto, onde numa delas **irá funcionar uma cozinha**, sendo necessário **o reforço de pessoal indispensável ao seu funcionamento**.

No tocante ao **Apoio às Famílias, na área do pré-escolar**, é intenção da Câmara Municipal **assegurar o funcionamento das escolas** para as famílias que tenham essa necessidade, **entre as 7.30 da manhã e as 19.30 da tarde**, incluindo as interrupções letivas. Além do mais, como irão abrir mais algumas salas do ensino pré-escolar, no próximo ano letivo, tendo em conta o aumento de alunos verificado, reforça-se a necessidade de serem contratados mais funcionários, para corresponderem a esses objetivos, abrindo caminho à **contratação de mais 13 auxiliares de ação educativa e 8 assistentes operacionais**

A concluir, indicou que é preciso **contratar mais 3 motoristas de pesados**. Expressou a dificuldade em recrutar nessa área, uma vez que as autarquias não são concorrenciais, em termos salariais, sendo certo que, no concurso a decorrer, estão 3 candidatos com aptidão para desempenhar o cargo. Por aposentação de 2 motoristas, a que se alia o período de férias, com alguns equipamentos que não estão providos de motorista de pesados, **propôs a criação de 3 postos de trabalho para assistentes operacionais, motoristas de pesados**, de forma a garantir essa função, considerada premente em várias áreas.

Terminada a intervenção, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal** abriu espaço a debate, inscrevendo-se os seguintes eleitos: **Cristina Branco e Paulo Cardoso**.

A eleita **Cristina Branco** iniciou a sua intervenção, dando as boas vindas a todos os presentes e a todos aqueles que se encontravam a assistir online à emissão.

O cenário que traçou revelou duas visões diferentes. Por um lado, **congratulou-se pela decisão da Câmara Municipal em contratar mais pessoal para os seus quadros**, revelando um sinal de vitalidade, com o emprego a aumentar, ao nível das diversas carreiras, engenheiros, arquitetos, etc. Ficou particularmente satisfeita com o número de lugares postos a concurso, 21, sendo 13 auxiliares ação educativa e 8 assistentes operacionais. Desses 21, uns são para a cozinha, tendo aproveitado para felicitar, uma vez mais, a autarquia pela preocupação em servir as refeições às crianças, esperando que a nutricionista desenvolva o seu trabalho da forma mais adequada, para bem dos alunos.

Por outro lado, como conhecedora daquilo que, na prática, acontece, tendo em conta a sua posição de docente na Escola Duarte Lopes, em Benavente, achou por bem alertar que lhe parece, em termos de disponibilidade, **que esses lugares de assistentes operacionais, são insuficientes para aquilo que são as necessidades reais das escolas**. Aquilo que nota é uma ausência acentuada desses profissionais, com a agravante dos lugares deixados vagos pelos casos de aposentação, ficam por preencher, não sendo repostos. Surpreende-a que não seja uma preocupação sentida ou demonstrada pelos pais dos alunos, de forma mais acentuada.



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Noutro ponto da questão, perguntou, por último, se a Câmara Municipal estava a cumprir com os rácios definidos em relação ao número de assistentes operacionais, que deveriam fazer parte dos estabelecimentos escolares, aquando da sua transferência para o domínio municipal e se isso constava do próprio articulado do protocolo assinado.

Seguiu-se o eleito **Paulo Cardoso**.

Disse acreditar que o sr. Mário Santos, na qualidade de Presidente do Agrupamento de Escolas de Benavente, tenha a plena noção daquilo que se está a passar, ao nível da falta de assistentes operacionais nas escolas, esperando que tenha feito chegar essa mensagem ao sr. Presidente da Câmara, das necessidades sentidas em todo o Agrupamento Escolar.

Conforme chegou, também, ao seu conhecimento, confirmou que o número de **assistentes operacionais, no momento, é considerado, manifestamente, insuficiente**, pelo menos, na Escola Duarte Lopes. Foi-lhe transmitido, ainda, que irão entrar no próximo ano letivo algumas crianças com dificuldades acrescidas, que necessitam de algum acompanhamento auxiliar, sendo necessário precaver essa situação. Espera que, *“pela 1ª vez na história”*, o ciclo de abertura e de encerramento do ano letivo, decorra com o pessoal efetivo necessário, para o seu bom funcionamento.

A terminar, louvou a atitude da Câmara Municipal de **tomar e de chamar a si a responsabilidade de confeccionar a alimentação das crianças**, porque acha que, até ao momento, se tem revelado de qualidade inferior. A título pessoal, assinalou que os seus filhos deixaram de comer na escola, reconhecendo, no entanto, que foram sempre bem acompanhados pelo pessoal auxiliar, só que a qualidade da comida deixava muito a desejar, esperando que, com a mudança a operar, venha a melhorar substancialmente.

Em resposta às várias abordagens feitas ao setor da **Educação**, o sr. **Presidente da Câmara** referiu que quando a Câmara Municipal encetou as negociações com o Ministério da Educação para o processo da descentralização, em relação ao pessoal não docente, foi apresentada uma lista dos assistentes operacionais que estavam ao serviço dos Agrupamentos de Escola de Benavente e de Samora Correia. Nesse sentido, garantiu que os **rácios definidos** para o funcionamento dos diversos estabelecimentos, **tinham sido cumpridos**.

No que diz respeito às **auxiliares de ação educativa**, deu conhecimento que a reserva de recrutamento existente termina no próximo dia 11 de agosto, avançando-se, no entanto, com outro processo de contratação, de forma a permitir que a autarquia tenha sempre uma reserva de recrutamento, ao seu dispor, para qualquer eventualidade. Até fevereiro do próximo ano, existe, ainda, uma reserva de recrutamento em relação aos assistentes operacionais/auxiliares dos serviços gerais, onde se podem recrutar os funcionários que se tornem necessários. A expectativa é que se possam ir buscar os funcionários que são pagos à autarquia, porque aquilo que passou para a Câmara Municipal foi um valor de dotação, em função da situação que está definida, globalmente, para o País, através de uma portaria que define os rácios de auxiliares, que devem ser disponibilizados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Salientou que o compromisso que a autarquia pretende assumir é que, em casos de aposentação e outros, existam condições de reposição desses funcionários. Para o início do ano letivo, procurou-se, perante o nível de absentismo existente, ao nível das escolas do 2º e 3º ciclos, tentar perceber qual a sua quantificação. Se **esse absentismo** tiver origem em funcionários que descontem para a segurança social, **os encargos para a autarquia** poderão ser apenas os subsídios de férias e de Natal, podendo daí resultar um "ganho" de verbas, a ser utilizado para a contratação de mais funcionários, que possam suprir a média de absentismo que, eventualmente, venha a existir. Garantiu, ainda, que as verbas que venha a receber, provenientes do processo de descentralização, serão alocadas nesse ponto.

No seu entender, se os rácios não permitem responder às diversas situações que se colocam, será uma matéria a reivindicar do Governo, porque não pode ser um processo em que as responsabilidades sejam imputadas aos Municípios.

Reportando a questão da capacidade de endividamento da Câmara Municipal, atrás referida, acha que é um recurso que deve ser utilizado, apenas, quando for, absolutamente, necessário. No horizonte de necessidades de investimento que se aproximam, ligadas ao setor, o processo **da Carta Educativa** é um deles, encontrando-se praticamente fechado, com encargos na ordem dos vinte milhões de euros, para os quais a autarquia deve estar preparada.

Crê que se deve lutar, com todos as forças, para se poder aceder aos meios financeiros que são necessários para dar resposta aos problemas, para os quais, em último caso, se terão de fazer as opções mais adequadas para os resolver, na medida em que um Município que não tenha condições para responder às necessidades de educação dos seus jovens, perde-se naquilo que será a sua orientação para o futuro.

No entanto, não esquece que muitas das necessidades já sentidas, **antes da descentralização**, não foram resolvidas durante o período de responsabilidade direta da tutela. Nesse contexto, perspetiva um cenário de alguma dificuldade para se conseguir obter os valores indispensáveis, alegando que, durante dezenas de anos, não resolveu necessidades de investimento tão prementes, como a construção de uma escola secundária, em Samora Correia, ou, a construção dum pavilhão gimnodesportivo e a ampliação do número de salas, na Escola Duarte Lopes, em Benavente, e tantas outras situações que continuam identificadas, como a requalificação das escolas. Contudo, trata-se de exigências que a Câmara Municipal irá continuar a reivindicar.

Por tudo isso, sente que o **papel interventivo da Câmara Municipal, no setor, sai reforçado**. Prova disso, como todos presenciaram, foi que até os próprios eleitos se dirigiram ao Executivo, para expor e resolver os problemas que chegam até a si, tomando consciência da situação criada pelo novo quadro de competências e das dificuldades que consigo arrastou.

Apesar de tudo, não querendo descartar responsabilidades, numa base em que considera a Educação um pilar fundamental, do ponto de vista da resposta que tem de ser dada à comunidade, mostrou-se disponível para, em conjunto, tomar as melhores decisões, em defesa dos interesses dos cidadãos.



Handwritten signatures in blue ink, including one that appears to be 'A. Santa' and another that is less legible.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Finalizado o debate, procedeu-se à votação do **Ponto número dois: 2ª SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022 / PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL**, que foi **aprovada, por maioria**, com nove votos a favor da CDU e catorze abstenções, sendo sete do PSD, cinco do PS e dois do CHEGA.

O Grupo Municipal do PS apresentou declaração de voto oral, justificativa do seu sentido de voto, **conjunta aos pontos números um e dois da Ordem de Trabalhos**, tendo sido lida pelo seu Coordenador, **António Rabaça Ribeiro**, que se transcreve na íntegra:

“A declaração de Voto será para os dois Pontos, uma vez que o sr. Presidente da Câmara avançou, sem que eu tivesse tido a oportunidade, a tempo, antes de introduzir o Ponto dois, de me pronunciar.

O Grupo Municipal do PS absteve-se nesta proposta de alteração ao Orçamento, por entender que este Orçamento deveria incluir, também, verbas para os problemas que atualmente afetam o nosso Município, tais como a seca e o consumo de água potável para a rega de jardins públicos, tais como as consequências das alterações climáticas, a falta de transporte urbano, a falta de meios para a mobilidade suave, a ineficaz separação de resíduos e, por fim, gostaríamos, também, de ver este Município preocupado com a implementação dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU-Organização das Nações Unidas.

Quanto ao Ponto número dois, abstivemo-nos por entender que não estávamos na posse de todos os elementos que seriam necessários para podermos, em consciência, votar a favor.”

Concluída a discussão das matérias agendadas, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluído o PERÍODO DA ORDEM DO DIA, anunciando, de seguida, a **LEITURA DA MINUTA DA ATA**.

Para o efeito, deu a palavra à **Primeira Secretária, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão**. Saudou todos os cidadãos que assistiam à sessão, quer de forma presencial, quer por via das plataformas digitais.

Lida a **MINUTA DA ATA**, não tendo havido inscrições para a sua discussão, passou-se, de imediato, à votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**, constituindo o **anexo número um** à presente ata, da qual faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal** despediu-se, desejando um bom regresso a casa e umas boas férias a todos aqueles que participaram nos trabalhos da sessão.

Deu por encerrada a presente sessão pelas vinte e duas horas e onze minutos, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na sessão ordinária, subsequente, realizada no dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois, tendo sido aprovada por unanimidade. A mesma foi rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica designada para lavrar as atas, que a elaborei e subscrevi.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente,

-Mário Rui Filipe Santos-

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente,

-Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão-

O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente,

-José Duarte Salgueiro-

A Coordenadora Técnica,

-Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço-



ANEXO 1

António
Rui
Kui

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 29 de julho de 2022 - Mandato 2021 - 2025

Hora de início: 20.36 horas
Hora de termo: 22.11 horas
NÚMERO DE PRESENCAS: 23 eleitos CDU: Mário Rui Filipe Santos, Maria Gertrudes Oliveira Borracha Pardão, José Duarte Salgueiro, Irina Noël Matias Batista, Mário Jorge Campos Pereira, António Paulo Ramos dos Reis, e Joaquim Correia Castanheiro. PPD/PSD: Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, Rui Carlos Carvalho Feijoca e Armando Batista de Almeida. PS: António José Rabaça Silva Ribeiro e António Manuel Quaresma Serrano Galveia. CHEGA: Paulo Alexandre Fonseca Cardoso e João Amândio Cação da Cruz. Presidentes das Juntas de Freguesia: Inês Branco Almeida Vieira Correia (CDU), Augusto José Ferreira Marques (CDU), Nelson Alexandre da Silva Norte (PSD) e Ana Margarida da Silva Fonseca (PS).
FALTAS: Justificaram a ausência os eleitos Cláudia Sofia Gordo Martins e Pedro Alexandre Santos Gameiro, do PS, que foram substituídos, respetivamente, por Maria Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias e Maria João de Carvalho Correia Mendes, assim como Dora Isabel Lúcio Morgado e Nádia Isabel Pernes da Silva Matos, do PSD, que foram substituídas, respetivamente, por Esmeralda Malico Salvador e Mário Manuel Pedro da Rosa, e Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, do Partido CHEGA, que não foi substituída. Verificou-se, igualmente, a ausência do eleito Bruno Manuel Soares Nepomuceno, da CIMB, que não justificou.
OBSERVAÇÕES: Compareceram também a esta Sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho, e os Srs. Vereadores Hélio Manuel Faria Justino, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino, Luís Miguel Neves Feitor e Milena Alexandra Boto e Castro.
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Não houve.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 29 de julho de 2022 - Mandato 2021 - 2025

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

PONTO N.º 1	3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022 – Discussão e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação vigente:				
	APROVAR	X		FAVOR	9 CDU
	NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA	
	RATIFICAR		MAIORIA	X ABSTENÇÃO	14 7 PSD, 5 PS e 2 CHEGA
	RETIRAR DA OT			QUALIDADE	

Aprovada, por maioria, a 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Armando Batista de Almeida, do PSD, António José Rabaça Silva Ribeiro, do PS, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, do PSD; e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, do CHEGA.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho.

O Grupo Municipal do PS apresentou declaração de voto oral, **conjunta aos pontos 1 e 2**, justificativa do seu sentido de voto, lida pelo seu representante, António José Rabaça Silva Ribeiro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 29 de julho de 2022 - Mandato 2021 - 2025

Handwritten signatures and initials

PONTO N.º 2	2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022 / PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação e votação, nos termos conjugados da alínea o) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra de dois mil e treze, de doze de setembro, e do número quatro do artigo vigésimo nono da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho:				
	APROVAR	X		FAVOR	9 CDU
	NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA	
	RATIFICAR		MAIORIA	X ABSTENÇÃO	14 7 PSD, 5 PS e 2 CHEGA
	RETIRAR DA OT			QUALIDADE	

Aprovada, por maioria, a 2ª PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, do PSD, e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, do CHEGA.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 29 de julho de 2022 - Mandato 2021 - 2025

APROVAÇÃO EM MINUTA

APROVAR			FAVOR		
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA		
RATIFICAR		MAIORIA	ABSTENÇÃO		
RETIRAR DA OT			QUALIDADE		

Aprovada, por **UNANIMIDADE**, em **MINUTA**, a deliberação, podendo a mesma adquirir a eficácia legalmente prevista, conforme o disposto nos artigos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A presente minuta, depois de lida em voz alta, foi aprovada e vai ser devidamente assinada e as suas folhas, em número de quatro, rubricadas pelo Presidente da Assembleia Municipal, Mário Rui Filipe Santos, pela Primeira Secretária, Maria Gertrudes Oliveira Borracha Pardão, pelo Segundo Secretário, José Duarte Salgueiro e por Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, Coordenadora Técnica do Município de Benavente.

O Presidente da Mesa,

-Mário Rui Filipe Santos-

A Primeira Secretária,

-Maria Gertrudes O. Borracha Pardão-

O Segundo Secretário,

-José Duarte Salgueiro-

A Coordenadora Técnica,

-Maria Clara C. Parracho S. Lourenço-